

HABEAS CORPUS Nº 491.067 - PR (2019/0026903-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **RENATO ANTONIO PAPPOTTI**
ADVOGADO : **RENATO ANTONIO PAPPOTTI - SP0145657**
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**
PACIENTE : **MILER MIRANDA SENA**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MILER MIRANDA SENA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do HC n. 5047656-83.2018.4.04.0000/PR.

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado, na primeira instância, às penas de 4 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e de 272 dias-multa, pela prática do crime tipificado no art. 332, parágrafo único, c/c o art. 29, ambos do Código Penal, tendo sido mantida a prisão preventiva (e-STJ fls. 81/109).

Irresignada, a defesa impetrou *writ* prévio no Tribunal de origem buscando assegurar ao paciente o direito de aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade, bem como a revisão da dosimetria da pena.

Contudo, a ordem foi denegada, por votação unânime, conforme acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 26):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR APÓS SENTENÇA CONDENATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A prisão provisória é medida rigorosa que, no entanto, se justifica nas hipóteses legalmente previstas, sendo necessária a demonstração da existência de indícios da materialidade do crime e de autoria.

2. Uma vez inexistente flagrante constrangimento ilegal, insurgências acerca da dosimetria da pena devem ser tratadas em sede de apelação criminal

3. Verificada, nos autos da ação originária, a subsistência dos elementos necessários à aplicação da prisão preventiva.

4. A informação do envolvimento do paciente com associação criminosa voltada a prática de contrabando de cigarros e que repassava informações da Delegacia de Polícia Federal em

Superior Tribunal de Justiça

Maringá/PR para o grupo criminoso revela maior risco à sociedade e à ordem pública, o que justifica o encarceramento cautelar.

5. Ordem de habeas corpus denegada.

No presente *habeas corpus*, o impetrante alega que o paciente já está custodiado preventivamente há quase 6 meses.

Assinala que o paciente faz jus ao regime inicial semiaberto ou até mesmo ao aberto por ser a pena inferior a 8 anos.

Destaca que o paciente é primário e possui residência fixa e emprego lícito.

Invoca a Súmula n. 718 do Supremo Tribunal Federal.

Sublinha que o paciente deve aguardar o exame do recurso de apelação em liberdade, o qual já foi interposto, e que não há justificativa para sua prisão cautelar.

Requer, em liminar e no mérito, o abrandamento do regime inicial para o semiaberto ou aberto, bem como a permissão para que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do recurso de apelação.

O pedido liminar foi indeferido, em 31/1/2019, pelo Ministro Presidente JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (e-STJ fls. 172/173).

Opostos embargos de declaração, foram por mim rejeitados (e-STJ fls. 188/191).

Informações prestadas (e-STJ fls. 192/201 e 213/224).

Parecer ministerial pelo não conhecimento do *writ*, ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 206):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SENTENÇA CONDENATÓRIA. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA. REGIME PRISIONAL.

- O Tribunal a quo não se manifestou sobre o regime inicial de cumprimento de pena. A análise de tal matéria, nessa sede, enseja supressão de instância.

- As instâncias ordinárias fundamentaram a manutenção da prisão preventiva, em razão da gravidade em concreto do delito, bem como porque o réu responde a outro processo criminal pelo qual foi

Superior Tribunal de Justiça

condenado e o conjunto probatório evidenciar que tem vínculo com associação criminosa de contrabando de cigarros. Com isso, demonstraram a imprescindibilidade da medida cautelar.

Pelo não conhecimento.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Preliminarmente, deve-se asseverar que a questão relativa ao regime mais gravoso fixado em desfavor do paciente nem sequer foi apreciada pelo Tribunal de origem por ocasião do julgamento do *habeas corpus* originário, de maneira que fica obstado o exame dessa matéria diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal, mormente quando há recurso de apelação já em processamento (e-STJ fl. 223).

No mais, insurge-se a defesa contra a manutenção da prisão preventiva do paciente.

O ordenamento jurídico vigente, cumpre frisar, traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de segunda instância, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.

Considerando-se, ainda, que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, bem como que a fundamentação das decisões do Poder Judiciário é condição absoluta de sua validade (Constituição da República, art. 5º, inciso LXI, e art. 93, inciso IX, respectivamente), há de se exigir que o decreto de prisão preventiva venha sempre concretamente motivado, não fundado em meras conjecturas.

A propósito do assunto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, embora ainda um pouco oscilante, optou pelo entendimento de que o risco à ordem pública se constata, em regra, pela reiteração delituosa e/ou pela gravidade

concreta do fato.

É sempre importante lembrar que *"o juízo sobre a gravidade genérica dos delitos imputados ao réu, a existência de indícios de autoria e materialidade do crime, a credibilidade do Poder Judiciário bem como a intranquilidade social não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão para a garantia da ordem pública, se desvinculados de qualquer fato concreto, que não a própria conduta, em tese, delituosa"* (HC n. 48.381/MG, relator Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ de 1º/8/2006, p. 470).

Portanto, demonstrada a gravidade concreta do crime praticado, revelada, na maioria das vezes, pelos meios de execução empregados, ou a contumácia delitiva do agente, a jurisprudência desta Casa autoriza a decretação ou a manutenção da segregação cautelar, dada a afronta às regras elementares de bom convívio social.

Na apreciação das justificativas da custódia cautelar, *"o mundo não pode ser colocado entre parênteses. O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser conhecido e valorado para a decretação ou a manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Assim, se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam periculosidade, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão para resguardar a ordem pública"* (STF, HC n. 105.585, relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 7/8/2012, DJe de 21/8/2012).

À vista desse raciocínio e dos vetores interpretativos estabelecidos, entendendo serem suficientes os motivos apontados pelas instâncias de origem para fundamentar a prisão preventiva no tocante à garantia da ordem pública.

Transcrevo, inicialmente, os seguintes excertos da decisão que decretou a custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 36/40):

Os representados são suspeitos da prática, em tese, dos crimes previstos no art. 2º da Lei nº 12.850/2013 (pena - reclusão de 3 a 8 anos e multa), artigo 334-A (pena - reclusão de 2 a 5 anos) e artigo 332 (pena - reclusão de 2 a 5 anos e multa), estes últimos do Código Penal.

Tais crimes são punidos com penas privativas liberdade superiores a

4 anos.

Presente, assim, o requisito do artigo 313, inciso I, do CPP.

As provas de materialidade e os indícios de autoria estão consubstanciados nestes autos e nos documentos juntados aos pedidos de quebra de sigilo nº 5009567- 31.2018.4.04.7003 e nº 50116814020184047003.

As investigações demonstraram indícios da participação de LUIZ ANTONIO ALVES e de MILER MIRANDA SENA em organização criminosa transnacional, em contrabando de cigarros, bem como em tráfico de influência, apontando inclusive para possível monitoramento de policiais federais e tentativa de levantamento de informações acerca de rotinas da Delegacia de Maringá.

Acerca do envolvimento de LUIZ ANTONIO ALVES e de MILER MIRANDA SENA nos fatos acima relatados, a Autoridade Policial ressaltou:

[...]

Nessas circunstâncias, e tendo em vista que os elementos supra mencionados indicam que os representados fazem parte de uma quadrilha estruturada, que possuem meios materiais e organização para se evadirem, entendo necessário o decreto de prisão preventiva de LUIZ ANTONIO ALVES e de MILER MIRANDA SENA para assegurar a aplicação da lei penal.

Em análise inicial, sede de plantão, verifico também dos depoimentos dos requeridos, das transcrições de conversas em celular, dos relatos ou informações dos servidores públicos federais (inclusive do agente aparentemente sob ameaça), de alguns antecedentes trazidos referentes aos requeridos, considerados este e os demais processos/procedimentos correlatos iniciados durante o presente plantão, o perigo à ordem pública traduzida no risco de reiteração da conduta e na participação dos requeridos em situação de risco a servidor público federal.

Evidentemente, terá o juízo natural oportunidade de reavaliar todas estas questões, até porque aparentemente há outros processos/procedimentos em andamento.

Assim, opto, considerando a urgência e os elementos trazidos, por solução que proteja a incolumidade física dos agentes públicos, até ulterior deliberação do juízo natural.

Ante todo o exposto, com fulcro no disposto nos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva de LUIZ ANTONIO ALVES e de MILER MIRANDA SENA, nos termos da fundamentação supra, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. (Grifos nossos.)

Posteriormente, por ocasião da prolação da sentença condenatória, o magistrado de piso assim consignou (e-STJ fls. 106/107):

Superior Tribunal de Justiça

Em 31.08.2018, foi decretada a prisão preventiva dos réus LUIZ e MILER, com fulcro no disposto nos artigos 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal, para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal (evento 8 dos autos nº 5011682-25.2018.4.04.7003).

Pelos fatos narrados na denúncia, os réus LUIZ e MILER foram condenados a penas privativas de liberdade de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e de 04 (quatro) anos e 03 (três) meses de reclusão, respectivamente, em regime inicial fechado.

O conjunto probatório demonstrou que os réus possuem envolvimento com associação criminosa voltada a prática de contrabando de cigarros e que repassavam informações da Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR para o grupo criminoso.

Além disso, o réu LUIZ é reincidente e o réu MILER foi condenado, em primeira instância, pela prática do crime previsto no artigo 299, "caput", do Código Penal (evento 133).

Com efeito, a prisão preventiva dos réus ainda se mostra necessária para resguardar a ordem pública, sobretudo porque há risco concreto de que, se colocados em liberdade, eles retomem a prática delitiva, inclusive prejudicando o trabalho da Polícia Federal.

Desse modo, mantenho a prisão preventiva de LUIZ ANTONIO ALVES e MILER MIRANDA SENA e nego ao réus o direito de recorrer em liberdade, nos termos dos artigos 312 e 313, I e II, e 387, § 1º, do CPP. Comunicações necessárias. (Destaquei.)

Como se vê, a segregação provisória encontra-se devidamente motivada, pois destacou o magistrado de piso a periculosidade do paciente, evidenciada por possuir envolvimento com associação criminosa voltada à prática de contrabando de cigarros, inclusive repassando informações da Delegacia de Polícia Federal em Maringá/PR para o grupo criminoso, bem como pelo fato de ter maus antecedentes criminais.

Portanto, mostra-se evidente, a meu ver, que a custódia preventiva está justificada na necessidade de garantia da ordem pública e para cessar a reiteração delitiva.

Em casos análogos, guardadas as devidas particularidades, esta Corte assim se pronunciou:

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. RECORRENTE QUE RESPONDEU PRESO DURANTE TODA A

INSTRUÇÃO PROCESSUAL. REINCIDÊNCIA. MAUS ANTECEDENTES.

- 1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, dos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração do que consiste o periculum libertatis.*
- 2. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, "o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta".*
- 3. No caso, a manutenção da prisão preventiva está justificada, pois a r. sentença condenatória que a manteve fez menção à periculosidade do recorrente, evidenciada pela reincidência e pelos maus antecedentes, fundamento que justificou a imposição da segregação cautelar já no início do feito. Assim, demonstrada a necessidade da prisão provisória como forma de acautelar a ordem pública e cessar a contumácia delitiva do recorrente.*
- 4. Recurso ordinário desprovido. (RHC 74.642/MG, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 23/03/2017, destaquei.)*

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REITERAÇÃO DELITIVA. ORDEM DENEGADA.

- 1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.*
- 2. O Juiz sentenciante, conforme o art. 387, § 1º, do CPP, ao concluir pela necessidade da decretação da custódia cautelar ante a periculosidade do paciente, evidenciada pela gravidade concreta do delito - roubo praticado com arma de fogo e concurso de agentes, em um restaurante - e pelas condições pessoais desfavoráveis do réu, decidiu conforme a jurisprudência deste Tribunal Superior. Ficou consignado, ainda, que o réu possui condenações penais anteriores por crimes patrimoniais, o que denota sua reiteração delitiva.*
- 3. A matéria relativa ao regime inicial não foi efetivamente analisada pelo Tribunal de Justiça estadual, o que não autoriza a inauguração, neste ponto, da competência do Superior Tribunal de Justiça. Não pode esta Corte, portanto, conhecer diretamente do ponto, sob pena de inadmissível supressão de instância. Ademais, consta apelação pendente de julgamento, oportunidade em que o tema será mais bem debatido, em razão da sua amplitude.*

4. *Ordem denegada.* (HC 497.109/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 02/12/2019, destaquei.)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO NOS AUTOS. NÃO CONHECIMENTO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. NECESSIDADE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU REINCENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. *O advogado subscritor deste recurso não possui procuração acostada aos autos, o que atrai a incidência da Súmula 115 desta Corte. Precedentes.*

2. *Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

3. *No caso dos autos, a prisão cautelar encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, porquanto o recorrente registra antecedentes criminais, sendo reincidente específico.*

4. *O fato de o recorrente ter permanecido em liberdade durante a instrução processual, não impede que seja decretada a sua prisão preventiva quando da prolação de sentença condenatória, desde que presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, como ocorreu no presente caso.*

5. *Recurso ordinário em habeas corpus não conhecido.* (RHC 74.382/MG, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 4/10/2016, DJe 19/10/2016, destaquei.)

Cumpre salientar que condições pessoais favoráveis, por si sós, não impedem a decretação da prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória, consoante se observa no caso dos autos.

Considerando a fundamentação acima expendida, reputo indevida, ainda, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que se mostram insuficientes para o resguardo da ordem pública.

Ante o exposto, **conheço em parte** do *habeas corpus* e, nessa extensão, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator